



## BREVE RETROSPECTIVA DAS ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS DE INCORPORAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

# BRIEF REVIEW OF THE GEOPOLITICAL STRATEGIES USED IN THE TERRITORIAL INCORPORATION OF BRAZILIAN AMAZON

Wendell Teles de Lima <sup>1</sup>
Iatiçara Oliveira da Silva <sup>2</sup>
Lucileyde Feitosa Sousa <sup>3</sup>

#### **RESUMO**

Neste artigo procedemos à revisão das estratégias geopolíticas de ocupação da Amazônia brasileira, desde a ocupação portuguesa até os novos paradigmas de ocupação territorial dessa região, representados pelos novos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Desde o início, esta extensa área teve seu processo de incorporação gerado pelos desígnios geopolíticos — especialmente ratzeliano

1

Professor Efetivo do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga/Universidade do Estado do Amazonas. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2008). Especialização em Turismo e Gestão Territorial pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas. wendelltelesdelima@gmail.com

Licenciatura em Ciencias Biologicas pela Universidade Federal do Amazonas e mestrado em Genética e Evolução pela Universidade Federal de São Carlos (2002). Professora da Universidade do Estado do Amazonas, laticara@gmail.com

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (1999), Especialista em Alfabetização e Letramento, Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia (2002) e doutoranda do Programa em Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR (Convênio Procad Amazônia/CAPES/UNIR/UFPR), Curitiba, Pr. lucileyde@feitosa.org

www.geografia.ufpr.br/raega/ ISSN: 2177-2738

no que toca à questão da ocupação do Espaço Vital e beckeuseano no que tange à visão de equipotência territorial – como crucial para os equilíbrios interno e externo de nosso País pelos diversos governos, tanto civis quanto militares.

Palavras-chave: Incorporação territorial; geopolítica; Amazônia.

#### **ABSTRACT**

This paper reviews the geopolitical strategies occurred in Brazilian Amazon, from the Portuguese occupation to the new paradigms of territorial occupation, represented by the new Integration and Development Hubs (EIDs, *Eixos de Integração e Desenvolvimento*) and by the Growth Acceleration Program (PAC, *Programa de Aceleração do Crescimento*). Since the beginning, this large area's incorporation process has happened according to geopolitical wishes – especially ratzelian in Vital Space occupation and beckeusean in territorial power – as crucial to the internal and external balances of our country by the occupation policies of both civilian and military governments.

**Keywords:** Territorial incorporation; geopolitics; Amazon.

#### **INTRODUÇÃO**

Pensar em Amazônia é remeter-se nas práticas geopolíticas que permeiam o processo de construção territorial de nosso país. Foi com a incorporação ao domínio do Estado português e sua ampliação territorial que a Amazônia passou a ter prioridade na política da Metrópole.

Observa-se desde os portugueses que a ocupação da Amazônia teve como objetivo o domínio geopolítico da região por motivos relacionados à sua grande extensão territorial e precária ligação com o restante do país. As políticas de ocupação sempre relacionam os empreendimentos de exploração econômica com estratégias tipicamente geopolíticas (Costa, 1995. 30).

Dentro da concepção de PORTO (2005, 21) a identificação de uma determinada porção do território num mapa como uma região não é tão ingênua como cristalizam os livros didáticos. A imagem imposta e feita é construída pelos "de fora" e as relações tecidas na região por seus habitantes fortalecem essa concepção.

O primeiro momento dessa prática é decorrido do processo de catequização e militarização. Enquanto as ordens religiosas tinham a finalidade de embutir os preceitos do mundo ocidental, a construção de fortes como ponto de apoio aos principais rios da região e as desembocaduras tinha o papel estratégico de proteção e controle do território.

As missões religiosas e os fortes estimulam o primeiro "adensamento populacional" e o esvaziamento da região. Os descimentos indígenas e as guerras justas são práticas realizadas pelos colonos e religiosos tendo como consequência a fundação de povoados e vilas e a concentração populacional pontual no espaço geográfico.

É a partir da entrada dos colonos e da exploração da mão-de-obra indígena que ocorre a instalação e intensificação da atividade comercial na região. As Drogas do Sertão foram uma das principais atividades comerciais ocorrida pela exploração dos indígenas geridos pelas ordens religiosas.

Um ponto culminante no processo de exploração econômica leva de vez a Amazônia à esfera do Capitalismo Comercial. A instalação da Companhia do Maranhão e Grão-Pará estabelece um novo marco de inserção na relação com a metrópole portuguesa.

Pombal terá um papel importante no desenvolvimento de "novas" políticas e diretrizes para a Amazônia, um dos primeiros atos será a instituição da Companhia de Comércio tendo como objetivo colocar a região dentro do Capitalismo Comercial. A preocupação com a ação dos missionários trará a expulsão dos mesmos por este. A implantação de um possível Estado Teocrático e a interferência constante e os atritos entre colonos e missionários relacionados à exploração indígena culminam na saída dos religiosos.

No primeiro momento, a ação missionária e depois a entrada do capitalismo comercial incide diretamente na diminuição da população indígena na região. Os primeiros relatos das expedições "descobridoras" na Amazônia demonstram a grande quantidade populacional existente. O extermínio da grande parte da população e a concentração da mesma são resultados da incorporação da região pelo Estado português. Esse legado é levado adiante pelo Estado Nacional brasileiro.

## AS ESTRATÉGIAS GEOPOLITICAS DE OCUPAÇÃO AMAZÔNICA

O vazio demográfico é um dos mitos de incorporação que regem a Amazônia. Estudos do Século XVI demonstram a alta taxa populacional e a complexidade social amazônica remontando-a dez mil anos de formação (Souza, 1994, 25).

No governo militar essa ideologia é colocada para criar novos Estados/Territórios Federais, cidades, estradas, projetos de assentamentos e estímulo à migração. A ação governamental ocorre bem antes da chegada aos militares ao poder, via governos civis. O que pensar de Brasília e sua instalação e a captação da Hiléia Amazônica? A criação dos Territórios Federais na Amazônia Setentrional criados por Getúlio Vargas? A essência desses eventos era e ainda é o "adensamento populacional" tendo como base o suposto vazio demográfico.

Mas o que será que a cartográfia oficial "esconde" aos nossos olhos e não é demonstrado nos mapas? O grande fluxo sempre existente no universo da vida dos ribeirinhos e indígenas não são cartografados pelos mapas oficiais, ou seja, a fluidez prevalece na fixidez. A distribuição dos rios e a disposição dos recursos enquadram esses habitantes em gêneros de vida remontando às teorias do mestre geógrafo francês Vidal de La Blache, para quem geografizarse o universo de cada realidade humana pela sua forma de relação que é dada pelo individuo com o seu lugar, tecnologia, tradição e cultura faz-se necessário.

Vidal de La Blache (2003, 14) concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, adaptando-se ao meio em que vivia, criando um conhecimento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis, esse conjunto de técnicas conjuntamente construído e passado socialmente denominou-se *gênero de vida*.

Com respeito à Cultura da Selva Tropical desenvolvida pelos diversos grupos indígenas existentes antes da chegada dos colonos, eram

perfeitamente integradas às condições ambientais e socialmente complexas e politicamente surpreendentes. De acordo com o espaço geográfico em que se encontravam a relação homem X meio se dava de forma diferente como na Nação Omagua que dominou durante muitos séculos o rio Solimões, e os nômades frágeis Wai Wai da Guiana, embora partilhassem de uma economia comum tendo como base alimentícia principal os rios, lagos, igarapés e secundariamente animais e pássaros da floresta (Souza, 1994,45).

Nota-se que a Cartografia Nacional foi construída como uma cartografia dos excluídos, que vez por outra aparece nos censos demográficos pontuando de forma cartesiana, acima de tudo as populações indígenas. Não levando em consideração a sua mobilidade social, nem qualquer tipo de relação e projeção espaço-social.

Pensando-se nos desígnios geopolíticos remete-se a geopolítica clássica de Friedrich Ratzel, onde o tamanho da população e do território eram importantes no equilíbrio do Espaço Vital. A propagação dos ideais de Ratzel foram inseridos em nosso país de forma não crítica. Essa falta de criticidade não é parte do repertório do geógrafo alemão, interpretando seus discípulos de forma radical suas teorias.

No Brasil, as teorias geopolíticas são trazidas pelos militares, à dimensão territorial, a localização da capital, as forças centrípetas e centrifugas são temários das preocupações geopolíticas em nosso país. Esse fato contribui para o retardamento da disciplina nos meios universitários. O Reich popularizou de forma xenófoba a Geopolítica Alemã, a própria condição da França e a reviravolta geográfica fortalecem essa imagem desse conhecimento.

Foi a figura de Everardo Beckeuser que "popularizou" a geopolítica oficial brasileira, É claro que, as práticas da geopolítica ocorriam desde a fundação do Estado lusitano. Coloca-se assim, através desse arcabouço teórico a preocupação com o regionalismo e a distribuição da população.

Na concepção beckeusiana, o grande espaço territorial apresenta-se pouco útil se estiver mal distribuído e, se não houver aproveitamento racional da área, apresentar-se-a mal administrado. Partindo desse principio

demonstrou que equipotência era o principio que deveria ser levado para a divisão territorial do país. Não levando apenas em consideração o tamanho territorial, mas a eficiência política e econômica (Beckeuser *apud* Miyamoto, 1995, 40).

Na sua visão, a equipotência territorial era fundamental para o equilíbrio interno e externo de nosso país. O tamanho territorial tinha como correspondência a população. Em sua proposta isso levaria ao fim do regionalismo. Ocasionando uma fragmentação territorial, levando ao aumento do poder central. Sendo assim, a armadura territorial poderia ser soldada pela proposta beckeusiana.

Outra proposta mais contemporânea é da inundação da Hiléia amazônica através do estímulo à migração em direção ao Norte. As rodovias tiveram um papel primordial nessa etapa na ligação com a capital do país. Nordeste e centro-sul facilitam a entrada desse fluxo populacional.

Os pólos de desenvolvimento mineral e agrícola tiveram como parte constituinte o estímulo à migração. A insenção fiscal teve o seu papel. A Zona Franca de Manaus (ZFM) criada em 1967 fez com que ocorresse a migração em direção a Manaus.

A visão estrategista dos militares com os governos civis mostra a preocupação em dinamizar a fronteira. Em 1985, é criado no governo José Sarney o Projeto Calha Norte (PCN), a meta do programa era a vigilância da fronteira, a implantação da atividade econômica, o estímulo à migração e aumento da presença do Estado na zona de fronteira.

Becker (1998) fala em uma "malha programada" da qual faz parte um conjunto de cidades, estradas, comunicações em que o Estado tenta captar o controle da região. As cidades têm como função ser sede do loco político, concentradora de mão-de-obra e fornecedora, atrativa para os fluxos migratórios, portanto, a denominação da Amazônia pela autora é de floresta urbanizada.

Dentro de uma perspectiva geopolítica o processo de ocupação urbana da região demonstra que varias cidades tiveram suas origens relacionadas a objetivos militares, em especial nos séculos XVII e XVIII.

As políticas territoriais do regime militar em 1967 pelo Programa Estratégico de Governo continuam esse caráter geopolítico tendo como objetivo preservar as fronteiras internacionais e a incorporação de sua economia ao todo nacional.

Como estratégias de controle do território são instituídos os territórios federais sobre os estaduais. Da-se assim jurisdição ao Estado Nacional. Um dos casos emblemáticos foi a construção das rodovias federais e sua área de jurisdição para o Estado do Pará, isso representou 66,5% de perda de seu território para a União.

Existem várias criticas a respeito do processo de estímulo a migração, uma delas é o processo de urbanização. O crescimento desproporcional das cidades, somados à falta de perspectiva para muitos migrantes que vão em direção a mesma e outros problemas sociais. Nesse sentido, é demonstrado que o processo migratório também está relacionado ao desmatamento e a pressão sobre os recursos naturais como a geração de conflitos entre populações existentes e as migrantes. Nesse reforço enquadra-se a própria mobilidade de pessoas que em busca de melhorias de vida passam a incrementar o fluxo migratório para garantir a sua própria sobrevivência.

Refletindo-se sobre a fronteira econômica podemos constatar que os fluxos migratórios em direção a região são de origens múltiplas. Observa-se um mosaico de situações que pluralizam a expansão fronteiriça em direção a Amazônia, esse fato coexiste devido à ação de diferentes interesses de atores que refletirão nas mais diversas estratégias territoriais.

Partindo do princípio do adensamento populacional a ala militar do exército propaga com veemência a criação de Territórios Federais na Amazônia Ocidental. A possibilidade de captação de recursos, investimento na infraestrutura е 0 desenvolvimento de atividades econômicas são estimuladores do processo de povoamento e por sua vez de segurança e posse do território na visão dos geopolíticos tradicionais. No entanto, o controle territorial nos dias atuais se faz por um conjunto de aparatos que tem como ponto central a soberania, diretamente ligada ao papel que cada país tem no sistema mundial.

Foi na visão de Couto Silva apud Costa (1995) que foi formulada a idéia em torno de um projeto geopolítico para o território nacional tendo como características o espaço interno e a posição do Brasil, suas projeções na América Latina e Cenário Mundial.

As diretrizes eram articular a base ecumênica tendo como ligação Nordeste e Sul estimulando o processo de migração em direção a Amazônia e a criação de territórios ou Estados na zona de fronteira para seu tamponamento.

Referindo-se a integridade territorial, a península amazônica tem como soldadura o centro do país. Onde a intenção era impulsionar o avanço da onda colonizadora a partir da plataforma central. Um conjunto de nódulos (cidades, rodovias, aerovias, hidrovias e telecomunicações em geral) daria uma ação coordenada ao fluxo migratório na direção leste-oeste.

É na construção de Brasília e na implantação da Rodovia Federal Belém-Brasília que ocorrerá a captação do imenso território setentrional do país. A perenização desse processo ocorrerá através das ações do Estado (sendo esse o principal "investidor") e iniciativa privada.

Um novo "ciclo" amazônico começa a ser desenhado com a implantação da Superintendência e Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, institucionalizando a Amazônia Legal como área de atuação governamental. Na fomentação de créditos é criado o Banco da Amazônia (BASA) substituindo Banco da Borracha, demonstrando as mudanças de diretrizes econômicas para a região.

O Basa tinha intenção de fomentar todos os setores econômicos produtivos. Para isso contava com um orçamento de 3% da União, eram assegurados pela constituição de 1946. Porém o mesmo não teve sucesso, sua ação restringiu-se apenas a criação de infraestrutura (Costa, 1995, 15).

Um grande eixo foi constituído pela ação do Estado através da rodovia Belém-Brasília na década de 1960, tendo como ligação o Planalto Central e parte da Hiléia Amazônica, "institucionalizando" a Amazônia Oriental com a Transamazônica estimulando a pecuária e a mineração na região.

## A AÇÃO DO ESTADO NA AMAZÔNIA

A ação do Estado na modificação do padrão de ocupação da Amazônia começa desde meados da década de 1960, sendo o financiamento de vias de comunicação e transportes, a colonização agrícola, os investimentos em pesquisa do potencial dos recursos naturais patrocinado pelo capital Estatal para o estimulo da entrada do capital privado na incorporação da última fronteira ao restante do país (Ribeiro, 1998, 22).

Anteriormente os fluxos regionais ocorriam no sentido leste-oeste: as vias fluviais principais eram percorridas em direção à Europa e à América do Norte. Na atual fase esses fluxos passam a ter uma ligação interna com o restante do país.

Na fase integrativa a Amazônia aparece com o seguinte slogan "integrar para não entregar". Em 1966, com a intenção de viabilizar a ocupação econômica é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), sua área de atuação é de 60% do território nacional, o BASA será grande agenciador de investimento na região.

É a partir dessa autarquia, que se estabelece um grupo de estudos voltados para as "causas" amazônicas constituindo-se no conjunto de leis conhecidas como "Operação Amazônia", estabelecendo uma nova orientação para a política regional tendo como objetivos: estabelecer pólos de desenvolvimento, grupos de população estáveis e auto-suficientes (especialmente na área de fronteira); estimular a imigração; proporcionar incentivos do capital privado; desenvolver a infra-estrutura, pesquisar o potencial de recursos naturais, tendo um caráter relacional de ordem econômica e geopolítica.

Ao plano econômico foi aplicada a mesma metodologia da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) baseado na constituição de pólos e sua área de radiação. Sua existência e manutenção eram baseados em mecanismos monetários e fiscais públicos. No plano

geopolítico os assentamentos auto-suficientes em área de fronteira estimulariam a migração estrangeira e inter-regional.

Para compensar a centralidade da ação da SUDAM que direciona seus recursos para Belém e sua hinterlândia foram criados incentivos fiscais direcionados para os Estados e Territórios Federais existentes na Amazônia Ocidental.

Foi no Decreto Lei nº 288 que criou-se a Zona Franca de Manaus (ZFM) dentro de medidas compensatórias para o desenvolvimento da parte Ocidental, tendo como funcionamento os incentivos fiscais, um centro comercial, industrial e agrícola, servindo de pólo de desenvolvimento sob supervisão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) ligada ao Ministério do Interior.

Os problemas relacionados a primeira ação da SUDAM através "Operação Amazônia" são decorridos dos altos investimentos diretos em obras de engenharia e ao modelo do rodoviarismo, o que levou boa parte da captação dos recursos, deficiências de ordens técnicas, falta de intercâmbio entre planejadores e as entidades incumbidas de implementá-los como: Governos estaduais, municipais, ministérios e a própria SUDAM.

Em 1968, surge o Plano Diretor para substituir o primeiro plano da SUDAM que era chamado de qüinqüenal. Nesse plano, o Governo Federal transferiria todo o recurso da União arrecadado na região para essa autarquia. A taxação da energia pela União teria como meta captar recursos para este projeto, a prioridade era direcionar os investimentos na Amazônia Ocidental para áreas urbanas e na Amazônia Oriental, esse deslocamento de investimentos não deveria ocorrer nas capitais regionais, no entanto, a execução do plano não foi possível porque nunca foi sancionado, restando à iniciativa privada os maiores investimentos.

Os Grandes Projetos na Amazônia, (GPAs) terão como princípio a ocupação física e o desenvolvimento econômico construindo a "fronteira dos recursos" baseado-se em estratégias a longo prazo utilizando espaços urbanos e rurais.

Dessa forma os GPAs foram concebidos de forma pontual, ou seja, a ação do Estado ocorre acima de tudo na Amazônia Oriental e não em todo o território amazônico. O concebimento da Amazônia como zona de fronteira foi muito cara à região. Nesse sentido, ela é entendida como algo ainda a ser incorporado tanto pelo Estado como pelo Capital Nacional/Internacional. A cristalização dessa imagem é parte integrante de sua constituição e perenização de seus mitos (AMARAL, 2004, p14).

O Plano de Integração Nacional (PIN) terá como principal parceiro e executor o Governo Federal. Foi criado o POLAMAZÔNIA (Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), cujos recursos agora iriam diretamente para esses lugares tendo como investimento a atividade agropecuária, agricultura e mineração deixando de lado a ocupação do tipo extensivo e abrangente; os investimentos são voltados para mega-empreendimentos estatais e privados com retorno em curto prazo (Costa, 1995, p11).

A transamazônica é um dos exemplos de espacialidades usada com objetivo de Integração-Ocupação tendo como parceiro no ordenamento territorial o Instituto Nacional Reforma Agrária (INCRA), através das "agrovilas", "agrópoles" e "rurópoles" tendo como constituição populacional os nordestinos.

Tratando-se da mobilidade espacial dos migrantes, ela foi estratégica para as necessidades do Estado e Capital na apropriação de terras, direcionando as mãos-de-obra para atividades espaço temporais limitadas. Essa migração era versátil, exercia várias atividades e produzia alimentos tornando-se fundamental para o mercado de trabalho.

A atração dos migrantes era dada pela propaganda em massa pelo Estado, tendo como perspectiva o emprego ocorrido pelas grandes construções como a Transamazônica e a Cuiabá – Santarém. No plano interno a mobilidade era feita pelo acesso à terra e sua distribuição e a manutenção, os mecanismos de expropriação burocráticos e creditícios eram fundamentais nessa prática (Becker, 1998, p20).

Novas atividades produtivistas foram instaladas e desenvolvidas pelo setor privado. Para seu desenvolvimento foram dadas inúmeras vantagens fiscais. Essas praticas trazem uma série de questões ambientais como a intensificação do desmatamento.

## A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL AMAZÔNICA ATUAL

O desmatamento atual é relacionado à incorporação da Amazônia ao território nacional e as políticas de Caráter Estatal somadas com o avanço do Capital em direção a Amazônia, não levando em consideração o uso sustentável de seus recursos e somente sua exploração desenfreada.

É nos cerrados que ocorrerá a Implantação da Soja já na década de 1940. A produtividade do solo desse ecossistema será resolvida somente nos anos 1960. Mas é no Governo Médicis, em 1971, com apoio da Cooperação Técnica Brasil-Japão que se implantará a infra-estrutura suficiente pelo Estado para o escoamento da produção agrícola.

Nos anos 1980, houve uma expansão da lavoura em direção ao Norte do Mato Grosso penetrando no centro-norte do Tocantins e Sul do Maranhão. Em 1990, podemos observar a expansão da lavoura nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia.

O arco do desmatamento é deslocado e intensificado com a implantação da soja nos cerrados em direção à floresta Amazônica. Para o escoamento da produção da soja nos cerrados e para os novos Estados produtores são criadas novas alternativas de escoamento.

A iniciativa privada e o Estado serão os grandes financiadores para implantação desses novos eixos. É realizado o balizamento do rio Madeira, de Porto Velho (RO) até o Porto de Itacoatiara (AM) onde é implantado um porto graneleiro. Isso será feito também em Santarém (PA). A alternativa apontada para o escoamento da produção da soja em direção a Amazônia na construção de um novo eixo é o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém, intensificando a pressão sobre a floresta amazônica.

No Governo Figueiredo deu-se a continuidade dos planos anteriores tendo como componentes o Meio Ambiente e Recursos Naturais, a

preocupação com a qualidade de vida, o que é explicitado dentro de seus objetivos. A incorporação da Amazônia ao restante do país deve ser cautelosa e as desigualdades sociais devem ser combatidas. A construção do plano é feita numa visão generalista.

Dentro do caráter da política nacional e urbana a ênfase dada era: a criação de mecanismos urbanos de iniciativa estatal e privada através de mecanismos financeiros, autarquias e incentivos fiscais levando em consideração o equilíbrio natural, respeitando-se as vocações regionais.

As pesquisas geológicas são estimuladas para o levantamento e mapeamento dos recursos naturais que terão como centro os pólos minerometalúrgicos, a floresta passa a ser concebida como algo de exploração futura pelo seu potencial ainda a ser desenvolvido e a importância de sua preservação.

Na visão de Becker *apud* Ribeiro (1998) instala-se um novo modo de produzir baseado no conhecimento e na informação produzindo uma nova divisão do trabalho e Geopolítica.

A economia de fronteira apresenta-se esgotada pelas suas limitações com a própria realidade local e a questão ambiental, portanto, um novo paradigma é estabelecido tendo como vetores as variáveis tecno-ecológico e tecno-industrial.

Sendo assim, a frente Pioneira assim chamada por Pierre Mombeig (apud Mello, 2006) foi importante na primeira fase de exploração dos recursos sendo atrativas para madeireiros e agricultores. A mudança de paradigma ocorre na metade do Século XX com a valorização do potencial através da utilização do valor e do novo uso dado ao território pelo vetor técnico-científico-ecológico.

O vetor-ecológico representa a nova fase da fronteira tida como experimental, sendo parte integrante da reestruturação econômica protagonizada por estratégias globais do capital e ação de múltiplos atores e de sociedades territorialmente localizadas (Becker *apud* Ribeiro, 1993, 33).

Na década de 1990, é retomada a revalorização do território amazônico. O Estado passa a ter novamente um caráter planejador, as políticas territoriais têm como principio a questão ambiental, a globalização, as populações locais e as projeções geopolíticas do Estado brasileiro.

Dentro desse contexto, os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) tinham como finalidade no primeiro momento desonerar o "custo Brasil" fazendo como que as *commodities*,do cerrado brasileiro se tornassem atraentes no mercado internacional.

É com o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que vai ser criado um programa de abrangência nacional denominado primeiramente "Brasil em Ação" tendo mudado de nome após a reeleição desse presidente chamando-se de "Avança Brasil", tendo como formação os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs).

Na padronização espacial feita de forma anterior predominava o modelo de substituição de importação, mantida pelo mercado interno e por altos investimentos vindos do Estado tendo como parceiros o Capital Nacional e Internacional. O endividamento externo e a crise do capital gerada pela grande recessão esgotaram a forma desse padrão.

O novo padrão é baseado na estabilidade e abertura econômica e na recuperação da capacidade executiva do Estado, os investimentos são realizados conjuntamente tanto pelo poder publico como pela iniciativa privada nacional e internacional tendo como norte as metas do Estado.

É a partir desse princípio que surge os eixos de integração e desenvolvimento (EIDs) tendo como finalidade o escoamento de commodites do Planalto Central. Sendo assim, foi criado um Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT) tendo como fomentadores o Governo brasileiro e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) patrocinando uma "malha" de escoamento de produtos para a diminuição dos gastos do "Custo Brasil" em direção a Amazônia.

Uma concepção geopolítica foi trabalhada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da Republica (SAE-PR) no Governo Fernando Collor de Melo tendo como meta traçar os corredores para o escoamento da produção visando à integração regional.

Foi a partir do Planoplurianual (plano estipulado pelo Governo Federal que tem como diretriz a ação de investimentos em determinadas áreas do país, é também considerado um plano estratégico já que direciona e estimula setores prioritários de importância econômica e governamental) no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso entre 1996-1999 que é realizado o Programa Avança Brasil sendo fonte de estímulos para investimentos no país.

As diferenciações dos eixos foram novamente reformuladas na segunda gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, não existindo mais os eixos nacionais e internacionais, embora todos sejam considerados como prioritários para a projeção do país. Isso ocorre agora no programa chamado *Pra Frente Brasil*.

O funcionamento das ações premeditadas ocorre pelo Estado – Iniciativa Privada e Parcerias (governos municipais e outros organismos multilaterais) através de projetos de infraestrutura econômica dentro das áreas de transportes, energia, telecomunicações, infra-estrutura hídrica, desenvolvimento social, educação, habitação, saneamento básico, produção de informação e conhecimento e meio ambiente. Nos eixos destinados a Amazônia são processadas as seguintes potencialidades de utilização das florestas: ecoturismo, biotecnologia, agropecuária, agroindústria, exploração mineral e serviços.

A escolha dos "territórios" selecionados levou em consideração os seguintes requisitos: a *malha multimodal de transportes* (esta é importante para a facilidade de escoamento e conexões dos fluxos), *hierarquia funcional* das cidades tendo como base a sua logística e infraestrutura, a identificação dos *centros dinâmicos* (a importância das cidades como agentes polarizadores de informações e fluxos da dinâmica econômica). Na perspectivas de projeções dos eixos são pontos centrais as cidades de Tabatinga – AM, Pacaraima e Bonfim – RR e Oiapoque – AP, como cidades nodais na integração internacional com os países amazônicos. Tratando-se dos recursos naturais os *ecossistemas* podem servir como potencializadores dos territórios escolhidos no incremento e inserimento de novos fluxos para o mercado.

Na meta estabelecida dentro da execução dos corredores para a Amazônia está o desenvolvimento sustentável. Que deve ser alcançado através de um conjunto de infra-estruturas modernas tendo em consideração a realidade ambiental conjuntamente com políticas integrativas com os países que compõem territorialmente esse ecossistema. Dentro da execução desses projetos estão a construção do gasoduto Coari – Manaus, utilização de novas tecnologias de monitoramento como as trabalhadas pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), a instalação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), o asfaltamento da BR 319, ampliação da rede de transmissão de energia elétrica de Guri até Manaus.

A concepção dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) visam a integração nacional, internacional e a diminuição das disparidades regionais. Isso seria viabilizado pela construção de infra-estrutura entre regiões e abertura de novas fronteiras de investimentos.

O Eixo de Integração e Desenvolvimento Setentrional que se estende de Manaus-Caracas é parte dessa "velha" e "nova" incorporação política e econômica, tendo como pontos centrais as cidades de Manaus, Boa Vista e Caracas tendo como via indutora a BR-174

Devido sua importância, a rodovia foi atendida pelo PAC (Programa de Aceleração Econômica, criado no primeiro mandato do Governo de Luís Inácio da Silva "LULA") como obra prioritária de desenvolvimento econômico na região. A escolha não foi inocente, mas se reveste de grande estratégia geopolítica em razão de atender a certas demandas econômicas do grande capital instalado na área de livre comércio de Manaus, sendo inclusive uma porta de entrada para a capital da Venezuela. Com essas características, tratase de uma nova área de regionalização que tende a se concentrar nesse eixo com outras iniciativas, tais como: a construção e a ligação da Hidrelétrica de Guri para abastecer Boa Vista e outras cidades do Estado de Roraima.

O PAC apresentado pelo governo brasileiro é um plano estratégico de desenvolvimento empreendido para determinar as diretrizes políticas a serem implantadas nas regiões brasileiras, inclusive com forte relação com políticas que afirmam a influência brasileira no contexto regional sul-americano. A

RA'E GA 24 (2012), p. 18-37 Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR

discussão sobre mudanças a serem empreendidas em cada região tem despertado análises dos cenários futuros em relação aos investimentos previstos para o desenvolvimento regional e a possibilidade concreta de interrelação e integração com os países vizinhos, sobretudo considerando as peculiaridades amazônicas.

A estratégia do PAC está centrada em ações que buscam consolidar uma maior integração nacional para garantir as condições do país junto ao mercado internacional, através do investimento em infra-estrutura visando favorecer o comércio com os mercados consumidores internos e externos. Nesse sentido, o PAC encontra-se perfeitamente alinhado com as diretrizes da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, cuja agenda de reformas tem a finalidade de adaptar os eixos viários para facilitar o processo de integração comercial, com os países da América do Sul.(Silva et al, 2008, pg 9).

Na perspectiva atual a entrada da Venezuela como membro permanente no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um fato importante e instigante no caso da construção de novos recortes e (re)arranjos territoriais na Amazônia, sendo que sua efetivação ocorre pela concretização da construção da BR-174 que liga Manaus a Boa Vista. Essa rodovia, num primeiro momento tinha como objetivo ligar a parte mais setentrional amazônica com o restante do país, integrando ainda parte do território nas proximidades de Manaus, sendo que com o tempo e o desenvolvimento do Pólo Industrial de Manaus, antiga Zona Franca, tornou-se uma via de escoamento ao Mar do Caribe, incrementando o turismo até aquela região marítima.

Ademais, a consolidação da Rodovia BR-174 entre Manaus e o Marco BV-8 em Roraima, estende, na verdade, o corredor Noroeste, o que configura um novo arco de circulação, situado agora na Amazônia Ocidental. Manaus se constitui como a capital da grande fronteira, situada no limite entre esse novo corredor de circulação e as grandes extensões florestais da Amazônia Sul-Americana que, para oeste, permanecem à margem da circulação (Becker, 1999, pg).

A fronteira Setentrional apresenta-se rica e complexa pela sua área tracejada correspondendo a um verdadeiro mosaico de realidades, dentro desse território instituído pelo Governo Federal temos populações indígenas, pequenos pecuaristas, produtores agrícolas, mineradores, fazendeiros, caboclos, ribeirinhos, migrantes. Portanto, para consolidação do eixo é necessária a inserção de territorialidades que fazem parte da Amazônia.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observa-se desde os portugueses que a ocupação da Amazônia teve como objetivo o domínio geopolítico da região por motivos relacionados à sua grande extensão territorial e precária ligação com o restante do país. As políticas de ocupação sempre relacionam os empreendimentos de exploração econômica com estratégias tipicamente geopolíticas. No primeiro momento, o extermínio da grande parte da população e a concentração da mesma são resultados da incorporação da região pelo Estado português. Esse legado é levado adiante pelo Estado Nacional brasileiro.

No governo militar essa ideologia é colocada para criar novos Estados/Territórios Federais, cidades, estradas, projetos de assentamentos e estímulo à migração. A ação governamental ocorre bem antes da chegada aos militares ao poder, via governos civis. Como podemos observar através da construção de Brasília, a captação da Hiléia Amazônica e a criação dos Territórios Federais na Amazônia Setentrional por Getúlio Vargas. A essência desses eventos era e ainda é o "adensamento populacional" tendo como base o suposto vazio demográfico.

Vislumbra-se nesses desígnios geopolíticos a geopolítica clássica de Friedrich Ratzel, na qual o tamanho da população e do território eram importantes no equilíbrio do Espaço Vital. As políticas territoriais do regime militar em 1967 pelo Programa Estratégico de Governo continuam esse caráter geopolítico tendo como objetivo preservar as fronteiras internacionais e a incorporação de sua economia ao todo nacional.

Essa fase integrativa da Amazônia é resumida no *slogan* "integrar para não entregar". Em 1966, com a intenção de viabilizar a ocupação econômica é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com área de atuação de 60% do território nacional e logo após a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM). Os Grandes Projetos na Amazônia, (GPAs) e o Plano de Integração Nacional (PIN) são exemplos da continuidade dessa política de ocupação territorial.

Um pouco mais tarde, mas ainda fruto dessa política de territorialização, o arco do desmatamento é deslocado e intensificado com a implantação da soja nos cerrados em direção à floresta Amazônica.

Sendo assim, a Frente Pioneira foi importante na primeira fase de exploração dos recursos sendo atrativas para madeireiros e agricultores. A mudança de paradigma ocorre na metade do Século XX com a valorização do potencial através da utilização do valor e do novo uso dado ao território pelo vetor técnico-científico-ecológico.

O vetor-ecológico representa a nova fase da fronteira tida como experimental, sendo parte integrante da reestruturação econômica protagonizada por estratégias globais do capital e ação de múltiplos atores e de sociedades territorialmente localizadas (Becker *apud* Ribeiro, 1993, 33).

Dessa forma, a partir da década de 1990, é retomada a revalorização do território amazônico. O Estado passa a ter novamente um caráter planejador, as políticas territoriais têm como principio a questão ambiental, a globalização, as populações locais e as projeções geopolíticas do Estado brasileiro. Tendo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e nos Eixos de Integração e Desenvolvimento os novos paradigmas de crescimento e ocupação do território Amazônico através do planejamento de investimentos previstos para o desenvolvimento regional e a possibilidade concreta de inter-relação e integração com os países vizinhos, sobretudo considerando as peculiaridades amazônicas.

#### **REFERÊNCIAS**

AMARAL, Januário. **Mata Virgem:** Terra Prostituta. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

BECKER, Bertha K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, nº 6, jan/jun. 1999.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. São Paulo: Papirus, 1995.

MORAES, Antônio C. Pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1982.

RIBEIRO, M. A. C. A Complexidade da Rede Urbana Amazônica: Três Dimensões de Análise V.1. 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1998.

SILVA, A. A; LIMA, W. T; SILVA, G. H. A.; SILVA, J. C. A criação de novas unidades federativas na Amazônia e a questão ambiental: o caso do Estado do Amazonas. **Revista RA´E GA**. Curitiba, n. 16, p. 101-109. Editora UFPR: 2008.

SOUZA, Márcio. Breve História da Amazônia, São Paulo: Marco Zero,1994.

Recebido em 14/06/2011.

Aceito em 29/01/2012.